

7PADRÕES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DO BRASIL

STANDARDS OF OFFICER TRAINING COURSES POLICE MILITARY OF BRAZIL

SALES, Leandro Antonio¹
VILARINHO, Tatiane Ferreira²

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de verificar quais os padrões dos cursos de formação de oficiais das polícias militares no Brasil. Ainda visa identificar quais as características destes cursos e entender o processo de gestão dos CFOs nas instituições policiais militares brasileiras. Foi realizada pesquisa nacional por meio de questionário com todas as instituições policiais militares dos cursos de formação de oficiais. A pesquisa conseguiu identificar alguns padrões nos diversos entes federados, mostrando as similaridades e diferenças, e com isso pode determinar que o atual cenário precisa sofrer algumas alterações no tocante ao ensino policial militar para os CFOs, notou-se a dificuldade de obter dados não só em relação aos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil, mas num todo, sugere-se para as próximas pesquisas sobre o assunto estudar as dificuldades da troca de informação entre as instituições policiais militares, bem como o estudo das matrizes curriculares para assim obter estudo mais aprofundado sobre o tema.

Palavra-chave: Curso de formação de oficiais. Ensino policial militar. Padrões de ensino no Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify the patterns of training courses for military police officers in Brazil, aiming to identify the characteristics of this training course and to understand how CFOs are being managed in Brazilian military police institutions to answer these questions, a national survey was conducted in the form of a questionnaire in all military police institutions that are in charge of official training courses. The research was able to identify some patterns in the different Federated entities, showing the similarities and differences and with this may determine that the current scenario needs to undergo some changes in military police education for CFOs, in this article it can be noted the difficulty of obtaining data not only in relation to training courses for military police officers in Brazil, but in general, it is recommended that future research on the subject should study the difficulties of information exchange among military police institutions, it is also recommended to study curricula for study on the subject.

Keywords: Training of officers. Military police education. Teaching standards in Brazil.

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, leandroasales23@gmail.com: Goiânia – GO, fevereiro de 18.

² Professora orientadora: Doutora, Professora do Programa de Pós- Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, tften@gmail.com: Goiânia – GO, abril de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Uma das discussões contemporâneas que permeiam a sociedade brasileira é o cenário de insegurança que exige dos órgãos de segurança pública maior eficiência na prestação e condução da garantia dos direitos fundamentais e manutenção da ordem pública. Daí surge a necessidade de estudar a capacitação dos operadores de segurança pública. Especificamente, no âmbito das Polícias Militares, a formação dos seus gestores.

Embora haja empenho para estudar os cursos de formação de oficiais pelos diversos entes federados Polícias Militares, tais estudos ainda são incipientes no Brasil. Talvez pela limitação imposta na comunicação entre as forças, ou pelos métodos de ensino incompatíveis entre as unidades federativas que podem dificultar as análises do material bibliográfico dos referidos cursos. Deste modo, é apresentada a necessidade de atualização de informações de como está o campo dos cursos de formação de oficiais no território nacional, com a finalidade de contribuir para a gestão da formação de oficiais policiais militares no Brasil.

Logo, pesquisar os padrões dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil torna-se relevante para a gestão do ensino na Polícia Militar do Estado de Goiás. Pois assim, conforme os resultados a serem obtidos poderão auxiliar a Polícia Militar do Estado de Goiás a ter opção de aplicar as melhores práticas para sua gestão de ensino.

O presente artigo tem por objetivo geral responder ao seguinte problema: Existe padrão entre os cursos de formação de oficiais no Brasil? De forma específica a pesquisa visa responder aos seguintes questionamentos: Quais as características destes cursos de formação? E, como os CFOS estão sendo geridos nas instituições policiais militares brasileiras?

Ante tais questionamentos, o objetivo desta pesquisa é estudar os padrões entre os cursos de formação de oficiais policiais militares no Brasil, e especificamente identificar quais as características destes cursos de formação e entender como estão sendo geridos os CFOs nas instituições policiais militares brasileiras.

Para tanto foi realizada pesquisa nacional, por meio de questionário, aplicado aos gestores das escolas de formações de oficiais policiais militares do Brasil, e os dados serão analisados comparando-se as semelhanças entre as diversas práticas adotadas por cada instituição, de forma lógica e dedutiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O sistema educacional no Brasil, segundo Menezes e Santos (2001) seria a forma de organização da educação regular no país, esta organização se dá como sistemas de ensino, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a estrutura educacional abrange a educação básica, que compreende a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio.

Para esses autores, Menezes e Santos (2001), o ensino médio é a etapa final da educação básica com duração de três anos. Esse ensino atende a formação geral do aluno, e pode abarcar programas de preparação para o trabalho e facultativamente para habilitação profissional. Existe ainda, o ensino de nível técnico que é aquele que não integra o ensino regular.

Já a educação superior, abarca os cursos de graduação nos distintos campos profissionais. Os cursos de graduação são abertos somente a candidatos que concluem o ensino médio ou equivalente a este, e classificados em processo seletivo pela instituição de ensino.

Como parte do sistema educacional no Brasil, conforme Brasil (2018), os cursos de especialização, pós-graduação *lato sensu* só podem ser disponibilizados pelas instituições de ensino superior já credenciada, podendo oferecer esses cursos na área de sua competência, capacitação e experiência. A instituição de ensino é a responsável pelo curso no que tange ao projeto pedagógico, a metodologia, ao corpo docente, dentre outras características do curso. E, as formações denominadas como Master Business Administration (MBA) são os cursos de especialização em grau de pós-graduação na área de administração sendo que apenas os portadores de diploma em algum curso superior poderão ser matriculados nesses cursos.

2.1 O ENSINO POLICIAL MILITAR

Os programas referentes ao ensino policial militar ministrado nas academias, conforme Poncioni (2007) elucidam uma das estratégias basilares de expedição de conceitos, de conhecimentos e práticas de uma dada visão da função, do encargo, e da ação do ensino miliciano, a autora explica que este ensino profissional essencialmente envolve a transferência de princípios, convicções e pressupostos sobre esta área específica, e que é desvendada, principalmente nas

diretrizes de teorias e métodos dos currículos apresentados para a socialização do novo policial militar.

O Ministério da Justiça do Brasil (2013) realizou pesquisa no ano de 2013, que mapeou os modelos de ensino policial e de segurança pública para analisar a educação policial na sociedade contemporânea cujo intuito foi superar a crise institucional e a aversão às novidades nas instituições de educação policial. Assim, tal pesquisa apontou que em diversos países a carreira policial é uma e que a formação acadêmica exigida na seleção é o ensino médio. E dos países estudados, no Canadá os candidatos a policiais são formados em cursos de graduação em segurança pública, oferecido pelo próprio governo através das universidades públicas com duração de três anos.

Segundo a mesma pesquisa, a progressão dos policiais ocorre por meio de cursos de ensino permanente e para os cargos de gestão acontece, geralmente, cursos de gestão policial de pequena duração.

De acordo com Sá (2002) o ensino policial militar responde a uma dupla exigência, que seria a constituição da boa conduta que ocorreria em virtude do enquadramento disciplinar e pelo desenvolvimento de uma identidade social do aluno policial, com isso esses discentes aprenderiam a se reconhecerem como membros de um conjunto.

É de salientar que o ensino policial militar não se limita a tratar tão somente de matérias voltadas a população em geral, além dessas disciplinas, são trazidos conteúdos do militarismo relacionados a regras de condutas a serem seguidas pelos alunos policiais as quais diferenciam seus comportamentos em relação aos demais cidadãos em geral.

Para Rudnicki (2007), o ensino policial realizado nas academias de todo o país continua sendo o modelo tradicional, onde pouco se transformou até mesmo após advento da carta magna de 1988.

Ainda sobre o ensino policial militar, Souza (2002) afirma que este tem como origem a própria necessidade de a instituição formadora assimilar técnicas, estratégias, doutrinas, concepções filosóficas, características das organizações policiais militares.

Deste modo denota-se que as instituições militares por causa do seu serviço singular, na manutenção da ordem e da segurança pública tem um ensino peculiar e profissional diferenciado dos demais, que irá contribuir na formação do

futuro profissional policial militar construindo sua identidade profissional, fundamental para o serviço policial junto à sociedade.

Com o advento de novas práticas da polícia militar, como o policiamento comunitário, o ensino também teve que se reestruturar e se moldar conforme essas modificações, sofrendo grandes mudanças para se enquadrar a nova realidade da Democracia e melhor atender e defender os interesses da sociedade.

Na atualidade, o ensino policial no Brasil é realizado nas academias de polícias militares, com regras de ensino bem definidas e rigorosas, no entanto ainda não há uma regulamentação nacional sobre como deve ocorrer esse tipo de ensino peculiar que é o ensino policial militar no curso de formação de oficiais.

O que há nessa linha é a Matriz Curricular Nacional que visa ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Segundo Brasil (2014), o objetivo da matriz é ser referência no campo teórico-metodológico para orientar as ações profissionais da área de segurança pública tanto a polícia civil quanto a polícia militar e ainda atender todos os tipos de ensino independentemente do nível de modalidade.

E, quanto à regulamentação do ensino policial militar existe apenas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme Brasil (1996), que em um único artigo menciona o ensino militar, no seu artigo 83, estabelece que deva ser regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino civil.

O ensino policial militar se difere do ensino militar, embora apresentem distinções pontuais, cada qual mantém sua essência e suas peculiaridades. Ensino militar seria aquele voltado para as forças armadas do país como, Marinha, Exército e Aeronáutica, como ensina Souza (2002) o objetivo precípua destas é a manutenção da paz e da soberania da nação, a formação é feita por meio de um currículo que enfatiza disciplinas relacionadas ao conflito armado convencional propriamente dito.

Já o ensino policial militar seria o lecionado pelas Polícias Militares do País, que apesar de advindo do ensino militar, tem suas distinções, pois o serviço fim da Polícia Militar é mais próximo da comunidade e assim devendo ser tratado de outra forma. Para Souza (2002) o ensino policial-militar seria o ministrado nas Academias de Polícia, com a finalidade primordial de preparar o aluno policial militar para a promoção da segurança social em qualquer circunstância apresentada.

Neste contexto denota-se que o ensino policial militar difere do ensino militar, com a evolução da sociedade ocorreu grandes alterações e com isso os cursos específicos que são geridos dentro das instituições militares também, e em virtude dessas mudanças teve que se adaptar à nova realidade do ensino no cenário nacional.

Segundo Brasil (2013) nos países da União Européia, existem aproximadamente setenta escolas e academias de polícia que proporcionam formação básica ao policial, sendo que a duração dos programas varia entre quatro meses a dois anos. Tal variação ocorre de acordo com o nível de estudo, quanto mais inicial for a carreira menor será a duração, sendo que o de maior duração é reservado aos cursos de estágios superiores de carreira.

Ainda conforme, Brasil (2013), no seu estudo sobre o mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública, identificou em sua pesquisa de campo que o policial com maior nível escolar pode ser considerado o melhor policial, contanto que a estrutura curricular reúna inovações científicas e tecnológicas aplicadas ao trabalho policial.

Nota-se assim que o ensino policial de qualidade não é mais um privilégio das corporações, mas sim, uma necessidade para melhor atender aos anseios da sociedade, consequentemente indispensável ao ensino nas escolas de formação de oficial da Polícia Militar.

2.2 ENSINO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO BRASIL

De acordo com Sá (2002) as pessoas recrutadas e selecionadas para o curso de formação de oficiais devem atingir algumas condições básicas no primeiro ano de curso, como aprenderem e aderirem às normas e valores do oficialato.

Sá (2002) ainda explica que, o processo pedagógico do CFO é dividido em duas categorias gerais: ensino fundamental e ensino profissional, o primeiro abrange as matérias de língua portuguesa, sociologia, administração, direito, ética, e outras disciplinas. Já o segundo tem uma divisão entre ensino policial militar e ensino militar, compreendendo matérias como: educação física militar, ordem unida, instrução geral dentre outras, é nesse ensino que o discente irá desenvolver conhecimento e atitudes para exercer as atividades de polícia. Além dessas matérias o aluno policial ainda realiza um conjunto de atividades complementares, como visitas programadas, participação em conferências, estágio, entre outras.

Nota-se que o ensino adotado no curso de formação de oficiais se difere do ensino regular praticado no território nacional, pois abrange uma gama de conhecimentos voltados para o trabalho policial.

Segundo Basílio (2015) a independência, no tocante ao ensino militar se deve a autonomia dos Estados da Federação e no que se refere à segurança pública, ficando a cargo destes membros federativos os programas de formação dos policiais.

Com isso o que poderá ocorrer é certa disparidade no que tange a formação do futuro oficial policial militar, pois cada ente tem uma cultura própria, dependendo da sua realidade social, da sua região dentre outras peculiaridades.

Para Dias (2002) os cursos de formação de oficiais que até então sempre tiveram um caráter somente de especialização, por usar técnicas operacionais e serem ligados a atividades policiais específicas, não perderam sua identidade com o avanço da sociedade e manteve sua característica principal de formação unidimensional.

Segundo Lopes (2017) a formação dos futuros oficiais do Estado de Minas Gerais foi remodelada contemplando uma nova modalidade de ensino, o ensino livre, e no primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais os alunos já começam a terem disciplinas da pós-graduação, e que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) optou por aumentar o seu quadro de gestores, sendo que agora o CFO será também uma pós-graduação *lato sensu* e assim essa titulação irá promover o enriquecimento da cultura organizacional da PMMG.

De acordo com esse contexto, vislumbra que o curso de formação do evoluiu ou vem evoluindo para acompanhar demandas da sociedade a qual a instituição presta seu serviço de polícia ostensiva e manutenção da ordem pública.

Já no que tange a estrutura das academias para o amparo aos alunos, Rudnick (2007), explica que existem estruturas e condições que ultrapassam algumas universidades, destacando a de São Paulo, no entanto Rudnick (2007) elucida que essas academias proporcionam excelência em educação física e não em direito ou administração, não existindo atividades de extensão, de pesquisa ou de iniciação científica.

Rudnick (2007) destaca em sua pesquisa o descaso com as bibliotecas, mencionado que em 70,8% das academias pesquisadas há bibliotecas com um acervo em médio de 4.926 sendo que as maiores são dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba. Rudnick (2007) ressalva que no período pesquisado

somente Rio de Janeiro e Minas Gerais ampliaram suas academias, e que as bibliotecas pesquisadas estão precariamente informatizadas, sendo impossível consultar o acervo pela internet.

2.3 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Para Silva (2011) a Gestão do Conhecimento tem ganhado mais foco da administração pública, principalmente dos órgãos de segurança pública. O setor público vem procurando entender o significado da gestão do conhecimento e descobrir formas de gestão que possam garantir impactos eficientes no desempenho das organizações.

Segundo Silva (2011) os temas que tratar da segurança pública no Brasil são bastante complexos, com isso vem à necessidade de debates sobre estes, para que possa haver novos atores, novos cenários no que tange a políticas públicas nesta área. Assim passar a existir a precisão de ações integradas entre os diversos atores, para que possam compartilhar essas informações adquiridas gerenciando o conhecimento.

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997) O que faz com que uma organização crie inovações continua é o ajuntamento entre o externo e o interno desta instituição. Os autores Nonaka e Takeuchi (1997) ainda salientam que o conhecimento acumulado fora da instituição tem que ser compartilhado de forma ampla internamente, ficando assim os conhecimentos adquiridos armazenados como parte da base de conhecimentos desta organização, sendo utilizadas assim novas tecnologias.

Neste contexto nota-se que o intuito do presente artigo é levar a polícia militar a este tipo de conhecimento, pois, com as informações adquiridas nos diversos entes federados e após analisá-las será possível identificar as melhores práticas no que se refere aos cursos de formações de oficiais policiais militares e empregá-las no CFO da Polícia militar do Estado de Goiás. Mostrando assim o entrelaçamento entre os diversos conteúdos apresentados na presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou estudar os padrões entre os cursos de formação de oficiais policiais militares no Brasil. especificamente, saber quais as características dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil, bem como entender como os CFOS estão sendo geridos nas instituições policiais militares brasileiras.

Para isso, isso foi preparado um banco de dados com os contatos das academias de formação de policiais militares do Brasil. Para composição desse banco de dados, foi elaborada uma planilha por regiões, estados, nomes dos responsáveis, telefones e e-mails.

A construção desse banco de dados foi possível, por meio da lista oficial de contatos da PMGO, do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME) e de contatos informais entre oficiais da PMGO e de outros estados. Com o referido banco de contatos pronto foi enviado, por e-mail e também pelo celular, por meio do software para smartphones usado para troca de mensagens de texto instantâneas o *WhatsApp*, o link com o questionário.

Esse questionário foi desenvolvido utilizando o Google Forms um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos, que é um aplicativo do pacote Google Drive. O referido instrumento foi composto por 30 perguntas foram fechadas e o respondente não conseguia ir adiante sem a resposta preenchida e, no final do questionário, deveria também anexar a matriz curricular do CFO.

Com as respostas dos 26 Estados e mais a do Distrito Federal que aparecem imediatamente na página do Google Forms e, com o uso das ferramentas estatísticas disponibilizadas pelo aplicativo e também de planilhas do Excel, foi possível tabular os dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após contato com todos os estados, as respostas foram obtidas num período de três semanas consecutivas e todos os estados responderam

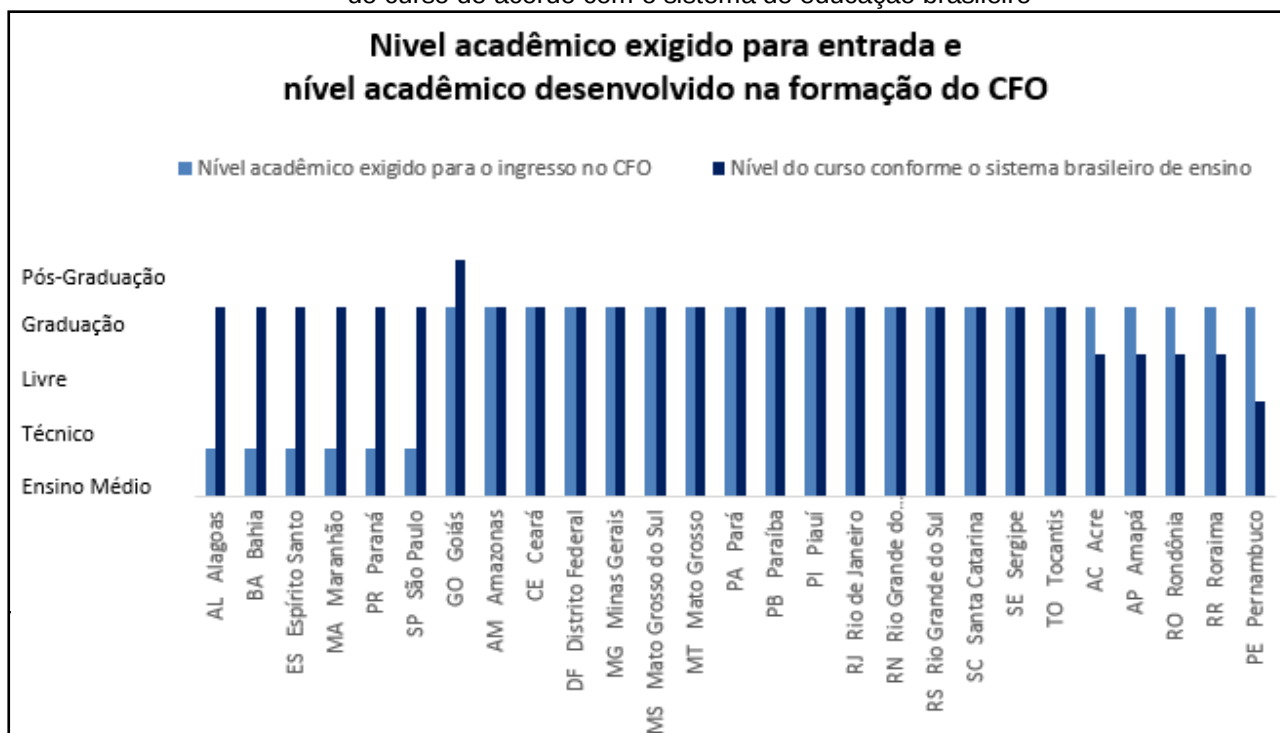
Após a obtenção e a análise dos dados foi possível identificar que no Estado do Acre não existe qualquer tipo de escola de formação. Os demais 25

estados e o distrito federal possuem escola de formação policial militar e, cinco dessas escolas não possuem o curso de formação de oficiais: Piauí, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará e Paraná.

Não há regularidade dos CFOs oferecidos pelas instituições policiais militares no país. Pois, das 27 instituições pesquisadas 19 informaram que não é frequente a formação. Da mesma maneira varia o número de alunos por sala. A variação de alunos por sala está entre 20 naqueles locais que tem menos alunos em sala e 50 naqueles quem tem mais alunos por sala. E, na maioria das escolas, esse número varia a cada ano, para mais ou para menos. Um dado comum entre os respondentes foi a carga horária, uma vez que para todas as escolas de formação a resposta foi superior a 1200 horas aula por curso.

O nível acadêmico exigido para o ingresso no curso de formação de oficiais de oficias assim como o nível do CFO, de acordo com o sistema de educação brasileiro é representado pelo gráfico 1: Nível acadêmico exigido para o ingresso no curso de formação de oficiais e o nível do curso de acordo com o sistema de educação brasileiro a seguir:

Gráfico 1: Nível acadêmico exigido para o ingresso no curso de formação de oficiais e nível do curso de acordo com o sistema de educação brasileiro



Fonte: (O autor, 2018)

No gráfico 1 é possível verificar que 14 estados exigem graduação para a entrada no CFO e ao se formar o aluno recebe também o título civil de graduado. Em seis estados, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Alagoas Bahia e Maranhão são

exigidos do aluno o ensino médio e ele sairá graduado, assim como no Acre, Rondônia, Amapá e Roraima o aluno entra graduado e sai com a livre formação. O estado de Goiás é o único que exige graduação e forma especialista, diferente do resultado obtido por Brasil (2013) em que o nível acadêmico exigido para o ingresso nas corporações era o ensino médio.

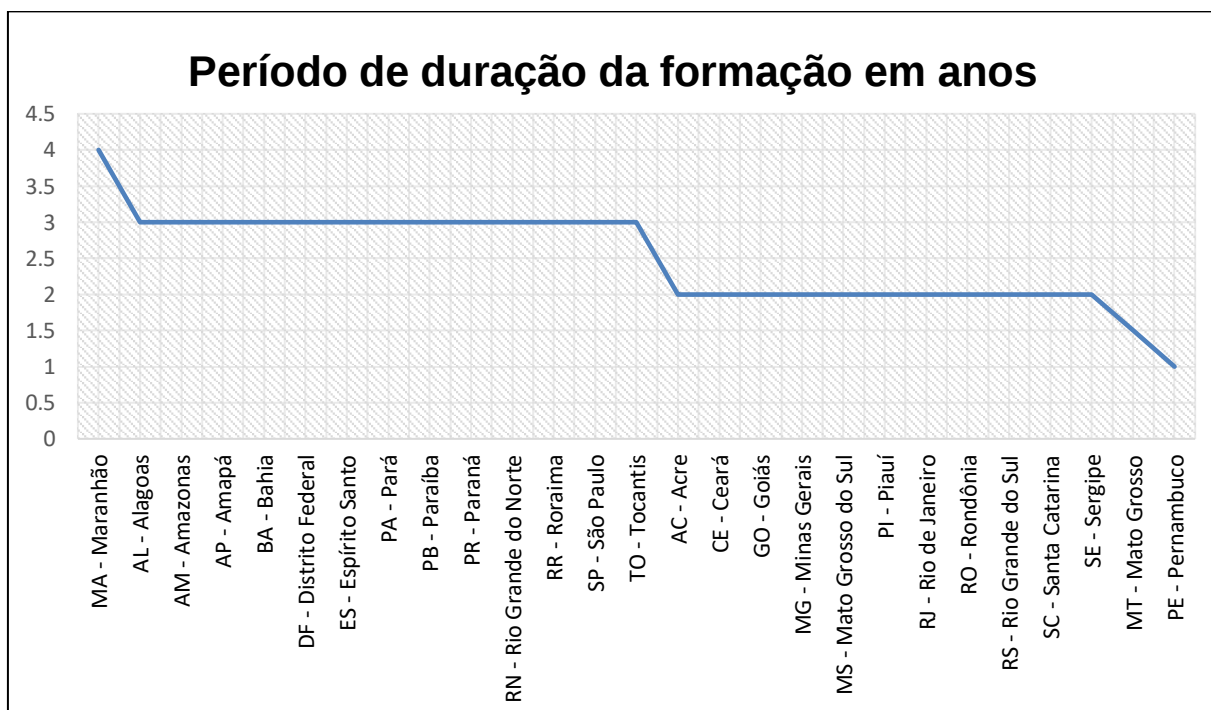
Diferente do que preleciona Lopes (2017) no estado de Minas Gerais o ensino na academia de polícia militar seria de pós-graduação, no entanto a partir dos dados obtidos notou-se que neste corrente ano o nível acadêmico desenvolvido já não é mais o indicado pela autora Lopes (2017), mas sim o de graduação.

É possível afirmar que as instituições estão buscando melhor nível de escolaridade para os policiais. E, conforme Brasil (2013) “o policial que tem o melhor nível de escolaridade pode ser considerado o melhor policial”.

Destaca-se no gráfico 1 que no estado de Goiás o nível de escolaridade da formação do oficial na academia é especialização *latu senso*, o que ocorria com Minas Gerais segundo Lopes (2017), onde foi mudado no ano de 2018, por gestão de comando da PMMG.

O prazo de duração da formação de oficiais pode ser visto na figura 2 a seguir:

Gráfico 2: Período de duração dos cursos de formação dos oficiais policiais militares do Brasil

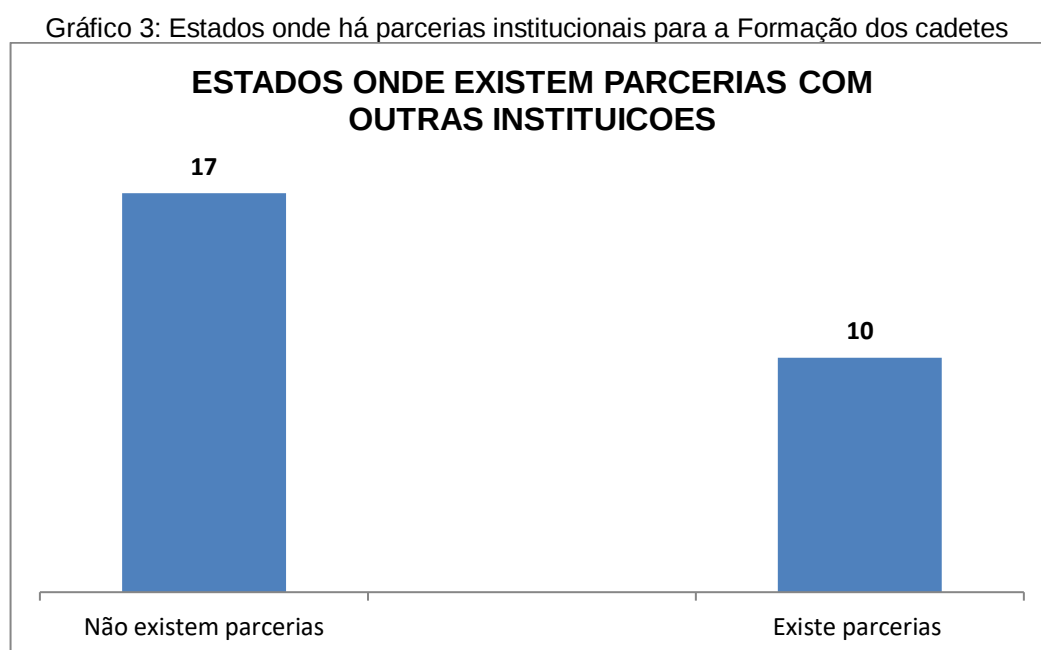


Fonte: (O autor, 2018)

Conforme o gráfico 2 acima, o período de duração da formação dos cursos de formação de oficiais varia entre dois e três anos. Com exceção do estado do Maranhão onde a formação ocorre em quatro anos, a mais longa formação do País, Mato Grosso com formação em um ano e meio e Pernambuco, com a formação mais curta, com um ano.

A décima pergunta da pesquisa buscou saber qual o posto ou graduação os cadetes obtinham após a formatura do CFO. E o resultado foi comum a grande maioria: “Aspirante a Oficial”, com exceção ao Ceará o qual o aluno vai a Segundo Tenente e ao Rio Grande do Sul que vai a Capitão, pois, neste Estado foram abolidos os postos de segundo Tenente e aspirante a Oficial; sendo o posto preenchido pelos Primeiros sargentos, que após concurso interno, os que obtiverem êxito serão promovidos diretamente ao posto de primeiro Tenente.

O gráfico 3 traz o número de Estados onde as escolas de formação de oficiais fazem parcerias com outras instituições para a formação.



Fonte: (O autor, 2018)

É possível afirmar que somente dez estados declararam manter parcerias com outras instituições para a formação dos alunos policiais militares, número não tão expressivo dado a importância de se manter parcerias com outras instituições.

Ressalta-se que, dentre os dez Estados que mantêm parcerias com outras instituições, em oito deles a parceria é mantida com universidades Estaduais. Além disso, o estado do Espírito Santo afirmou manter parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais.

Gráfico 4: Infraestrutura das Escolas de Formação de Oficiais policiais militares do Brasil

Estado	Biblioteca	Laboratório de informática	Auditório	Espaço para prática desportiva	Alojamento	Vestiários	Local para treinamento de uso seletivo da força	Plataforma de ensino a distância
Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Mato Grosso do Sul	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Maranhão	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Mato Grosso	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Pernambuco	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Roraima	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Tocantins	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sergipe	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Alagoas	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Ceará	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Piauí	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Amapá	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Paraná	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Pará	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rondônia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Amazonas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: (O autor, 2018)

A princípio é necessário destacar que o estado do Acre não foi relacionado neste gráfico em virtude do que já foi comentado anteriormente, que o estado do Acre não possui escola de formação.

Na figura 4 que traz o quadro da infraestrutura das escolas de formação de oficiais no Brasil, pode-se perceber que quase todas as escolas possuem vestiários, alojamentos, local para prática desportiva e também biblioteca. A maioria das bibliotecas estão com acervo inferior a 10.000 títulos, porém nove delas estão com acervo maior que esse número. Resultado que demonstra investimento na área em todo País, baseando na pesquisa de Rudnick (2007) que destacou o descaso com as bibliotecas com um acervo em médio de 4.926,2 sendo que as maiores são dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba. Rudnick (2007) ressalva

que as bibliotecas pesquisadas estão precariamente informatizadas, sendo impossível consultar o acervo pela internet.

O laboratório para Uso Seletivo da Força ou Stand de Tiro não existe em nove das escolas. E, em dez estados não há, ainda, a plataforma de ensino a distância.

Os resultados apresentados corroboram com Basílio (2008), que discutiu a independência do ensino policial militar se deve a autonomia dos Estados da Federação e no que se refere à segurança pública, ficando a cargo destes membros federativos os programas de formação dos policiais.

Além disso, percebe-se que a afirmativa de Souza (2002) ainda condiz com a realidade da formação do oficial policial militar no Brasil, pois segundo o autor o ensino policial-militar seria o ministrado nas academias de polícia, possuindo a finalidade primordial em melhor preparar o aluno policial militar para a promoção da segurança social em qualquer circunstância apresentada.

5 CONCLUSÃO

O trabalho buscou estudar os padrões entre os cursos de formação de oficiais policiais militares no Brasil, especificamente, saber quais as características dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil, bem como entender como estão sendo geridos estes cursos em todo território brasileiro.

Assim, se pode verificar que em todo o Brasil não há regularidade para a formação de oficiais e que não há escola de formação somente no estado do Acre. E que, os estados do Piauí, de Sergipe, de Mato Grosso do Sul, do Ceará e do Paraná tem escola de formação policial militar, mas não possuem o CFO.

Em relação ao tempo de duração dos cursos de formação, nota-se diferença entre alguns estados, tendo instituição policial militar que o curso acontece em quatro anos e outra instituição policial militar ocorrendo em um ano, mostrando a necessidade de maior aprofundamento para saber o que cada estado está exigindo do seu futuro oficial.

Foi verificado com a pesquisa que o nível acadêmico para o ingresso nas fileiras da corporação é graduação. E, somente em seis estados, o ingresso na carreira é de nível médio, mostrando assim a preocupação das instituições policiais militares com o nível intelectual dos futuros gestores de segurança pública.

Verificou-se que os cursos de formação de oficiais estão sendo geridos mesmo com a comunicação entre as diversas instituições policiais militares deficitárias se, com a escassez de material bibliográfico na área de ensino para a formação de oficiais.

Recomenda-se que para sanar essas dificuldades haja reuniões nacionais e anuais entre as academias de policias militares do Brasil, para tratarem de assuntos relacionados às práticas de gestão que estão ocorrendo em seus Estados, não só reuniões, como também a elaboração de acordo nacional envolvendo todos os entes federativos, para que haja homogeneidade entre os cursos, acabando assim com práticas não condizentes com a carreira de oficial policial militar.

Ao final deste artigo podem-se verificar alguns resultados, que era o objetivo desta pesquisa, identificar características, padrões e como estão sendo geridos os CFOs nas instituições policiais militares brasileiras, foi identificado que em vinte Estados existe escola de formação de oficiais, porém não existe regularidade de cursos para a formação do oficial policial militar nos Estados, dado que demonstra que em todo o Brasil o ingresso na carreira de oficial policial militar está diminuindo.

Foi identificado que os cursos de formação de oficiais ocorrem entre dois e três anos e que em todo o País a carga horária do curso é acima de mil e duzentas horas, mostrando que o CFO é um curso de duração consideravelmente longo, e com isso traz maiores possibilidades de aprendizagem.

Nota-se também que 58% das instituições não realizam nenhum tipo de parceria com outras instituições para a formação dos cadetes, mostrando a necessidade de estes Estados que não mantém parcerias buscarem essas características nos Estados onde essa parceria é mantida, para o implemento do ensino policial militar.

Analisando os resultados das questões 3 e 6 constatou-se que existe um padrão nacional em relação ao nível acadêmico exigido para o ingresso no curso de formação de oficiais e nível do curso de acordo com o sistema de educação brasileiro destacando-se que existe a preocupação dos Estados na qualificação do futuro oficial tanto no seu ingresso quanto na sua conclusão, pois o nível de escolaridade exigido nessa situação é consideravelmente elevado.

Dado interessante é sobre a infraestrutura das academias do Brasil, pode verificar que na maioria das academias do País há a preocupação em fornecer aos

discentes uma estrutura que propicie um melhor aproveitamento do seu aprendizado.

Não se pretende com esse artigo esgotar este tema que é vasto e relevante para a melhoria da prática educacional nos cursos de formação de oficiais do Brasil, no entanto espera-se que o presente trabalho possa se tornar um modelo de reflexão para os gestores da área de ensino policial militar do Brasil, podendo estes compreender os diversos padrões e características dos CFOs.

Recomenda-se que para os futuros trabalhos a respeito do ensino policial militar nos cursos de formação de oficiais, seja analisado as matrizes curriculares dos 27 entes federados.

Também se faz necessário estudar o corpo docente dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar, pois, este campo igualmente é de suma importância para o ensino aprendizado do futuro oficial.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Márcio Pereira. **O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lato-Sensu: saiba mais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Org.). **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil.** São Paulo: Urbania, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Org.). **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública.** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública /ministério da Justiça, 2014.

BRUNETTA, Antonio Alberto. **Formação e ensino na Polícia Militar: concepções e subordinações políticas; filiações e adesões pedagógicas.** 2010. 24 f. Unesp, São Paulo, 2010.

DIAS, Gilberto. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar: o caso da Polícia Militar De Santa Catarina.** Universidade Federal de Santa Catarina Centro Tecnológico, Florianópolis, 2002.

LOPES, Paola Bonanato. **O ensino policial militar na PMMG: dos primórdios à educação de nível superior.** 2017. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

NONAKA Ikujiro, TAKEUCHI Hirotaka **Criação de conhecimento na empresa:** Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Elsevier Rio de Janeiro 1997.

PONCIONI, Paula. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.** 2005, Universidade de Brasília, Rio de Janeiro, 2005.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da polícia militar:** análise do caso da academia da brigada militar do rio grande do sul. 2017, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do estado.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

SILVA Flaviane Aparecida da. **A motivação para as práticas de gestão do conhecimento na gestão de segurança pública.** FEAD – Centro de Gestão Empreendedora Belo horizonte 2011.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **O ensino policial e a formação de oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.** 2003. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

APÊNDICE 1- Questionário

Questionário para pesquisa sobre as características dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil

Essa pesquisa pretende verificar as características dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil.

Especificamente, identificar se existem padrões entre os cursos de formação de oficiais no Brasil e entender como estão sendo geridos os CFOs nas instituições policiais militares brasileiras.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Existe escola de formação na sua instituição?

Qual o nome da escola de formação?

Qual e-mail da escola de formação?

Qual o endereço da escola de formação?

Qual o telefone?

Qual a unidade da federação?

Nome completo do respondente?

Posto/graduação do respondente?

Qual a função representa na escola de formação?

CURSO DE FORÇÃO DE OFICIAIS

1) Existe formação de oficiais na Escola?

() Sim

() Não

2) Qual a quantidade de alunos por turmas?

() 20 alunos

() 30 alunos

() 40 alunos

() 50 alunos

Outros _____

3) Qual o nível acadêmico exigido para o ingresso no curso de formação de oficiais?

() Ensino Médio

() Técnico

() Graduação

() Pós-Graduação *latu sensu*

() Mestrado

() Doutorado

4) Qual a carga horária do curso?

() Até 200h

() Entre 201h e 400h

() Entre 401h e 600h

() Entre 601h e 800h

() Entre 801h e 1200h

() Acima de 1200h

5) A formação acontece em quanto tempo?

() 1 ano

() 2 anos

() 3 anos

() 4 anos

Outros _____

6) Qual o nível deste curso, de acordo com o sistema de educação brasileiro?

() Livre

() Técnico

() Graduação

() Pós-Graduação latu Sensu

() Mestrado

() Doutorado

7) Existem parcerias institucionais para a formação dos cadetes?

() Sim

() Não

Qual?

8) Existe regularidade na frequência de cursos para a formação de oficiais?

() Sim

() Não

Qual frequência?

9) Qual o posto exigido para ser coordenador do curso?

() Tenente

() Capitão

() Outro

10) Qual o posto/graduação os formandos do CFO obtém ao final do curso?

() Aspirante a oficial

() 2° Tenente

() 1° Tenente

Outro _____

CURRÍCULO CO CURSO

11) Existe um currículo pré-determinado para a formação inicial do CFO?

() Sim

() Não

12) O currículo para o CFO segue a matriz curricular nacional da SENASP?

() Sim

() Não

13) A instituição possui perfil profissiográfico previsto para praças e oficiais?

() Sim

() Não

14) Qual foi a última atualização do currículo CFO?

() Menos de 1 ano

() Entre 1 ano e 1 ano e 11 meses

() Entre 2 anos e 2 anos e 11 meses

() Entre 3 anos e 3 anos e 11 meses

() Entre 4 anos e 4 anos e 11 meses

() Acima de 5 anos

15) A atualização do currículo aconteceu a partir de grupos de discussão entre professores e gestores do CFO e da instituição?

() Sim

() Não

Quem atualiza?

16) Quem participa da formação da matriz curricular? Marque mais de uma opção se necessário

- ☐ Professores
- ☐ Comandante da unidade de ensino
- ☐ Subcomandante da unidade de ensino
- ☐ Comandante do CFO
- ☐ Subcomandante do CFO
- ☐ Chefe do departamento de ensino

Outros _____

17) Existe algum procedimento para verificar a consonância na grade curricular com outros estados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual?

18) Há atualização periódica na matriz curricular do CFO?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19) Quais os critérios de atribuição de disciplina por professores?

- ☐ A carreira de origem
- ☐ Indicação
- ☐ Área de titulação/expertise
- ☐ Tempo que o professor ministra esse conteúdo

Outros _____

20) O corpo docente é formado por quais profissionais? Marque mais de uma opção se necessário

- ☐ Policiais militares

- () Policiais civis
- () Bombeiros militares
- () Agentes de segurança pública
- () Civis

Outro _____

21) O corpo docente de militares é formado apenas por:

- () Oficiais QOPM e QOAPM
- () Oficiais QOPM
- () Oficiais e praças
- () Outros

ESTRUTURA DE APOIO A FORMAÇÃO DO CFO

22) Existe biblioteca?

- () Sim
- () Não

23) Se sim, o acervo é maior ou menor que dez mil títulos?

- () Sim
- () Não

24) Existe laboratório de informática?

- () Sim
- () Não

25) Existe auditório?

- () Sim
- () Não

Se sim, qual a capacidade máxima?

26) Existe espaço para prática desportiva?

() Sim

() Não

27) Existe local para treinamento de uso seletivo da força (Stand de tiro) ?

() Sim

() Não

28) Existe alojamento?

() Sim

() Não

29) Existe vestiários?

() Sim

() Não

30) Existe plataforma de ensino a distância?

() Sim

() Não